

O Congresso de Leitura do Brasil (COLE) e a discussão sobre as políticas de leitura

The Brazilian Reading Congress (COLE) and the discussion on reading policies

El Congreso Brasileño de Lectura (COLE) y la discusión sobre políticas de lectura

Larissa de Souza Oliveira¹

Lilian Lopes Martin da Silva²

I

Nos últimos 40 anos, diversos segmentos da sociedade civil relacionados ao livro e a leitura, bem como esferas da administração pública em nível federal, estadual e municipal vem somando esforços na busca de uma democratização da prática da leitura na sociedade brasileira, compondo uma rede de vozes e ações que sustentam planos e programas de leitura e lutam pela garantia da Lei Nº 13.696, de 12 de julho de 2018.

O Congresso de Leitura do Brasil (COLE) é parte fundamental dessa história desde seu surgimento em 1978. Levou à fundação, em 1981, da Associação de Leitura do Brasil (ALB) e, juntamente com ela, se consolidou sob o signo da RESISTÊNCIA e da LUTA por uma sociedade mais igualitária, menos excludente, com mais liberdade.

Sua emergência em nosso contexto social, cultural e educacional, sobretudo, se deu num momento de nossa história, em que nos enchíamos de esperança com o fim da ditadura militar que se instalara no país, através do golpe de 1964. Significou uma esperança que se materializou de forma vigorosa e continua em ações pela democratização da leitura, do livro e da biblioteca.

Hoje, após um governo de tantos desmandos na área da educação e da cultura, como também do livro e da leitura; abalados com a recente e frustrada tentativa de um novo golpe de Estado, nos vemos ainda mais num espaço de luta e resistência.

Se atentarmos para as considerações feitas cotidianamente por ministros e políticos empossados no novo governo eleito, por jornalistas e especialistas em diferentes áreas, veremos a enorme preocupação de todos com a necessidade de criação, de retomada ou de implementação de políticas públicas. Em todos os campos. E, também, claro no campo da leitura.

¹ Universidade Estadual de Campinas

² Universidade Estadual de Campinas

As discussões de que esse texto faz parte, integrando a mesa-redonda Políticas de Leitura no Brasil, procura dar visibilidade às discussões sobre esse tema no espaço dos Congressos de Leitura do Brasil, ao longo de seus 40 anos.

Nossa participação nessa mesa se dá em função da pesquisa de doutorado que realizamos no âmbito do Projeto de Pesquisa – ALB: memórias, uma pesquisa que, há 14 anos, com muitas vozes e muitas mãos, tem como objetivo principal a constituição e a exploração do acervo histórico da Associação de Leitura do Brasil (ALB), responsável pela realização dos Congressos de Leitura do Brasil (COLE), cujo acervo de cerca de 3.000 documentos está atualmente localizado no Centro de Memória da Educação, da FE/ Unicamp, e que foi tombado como patrimônio da Unicamp em 2017.

Nossa atual investigação tem por propósito maior a identificação, reunião e análise de discursos acerca das políticas de leitura proferidos nos Congressos de Leitura do Brasil (COLE), em um período que recobre o final da década de 1970 e início da década de 1990, e que delimita como objeto de estudo os dez primeiros congressos.

Estamos convencidas de que os COLEs são, e sempre foram, um terreno fértil e prolixo para a enunciação de discursos sobre a leitura em múltiplas angulações, sendo frequentes também as reflexões acerca da necessidade de proposição de uma política nacional capaz de regulamentar o acesso e criar espaços próprios para a prática de leitura, bem como incentivá-la e oferecer parâmetros de qualidade.

Considerando que a malha discursiva sobre esse tema, construída de forma pioneira no interior dos primeiros congressos, prolongou-se até os dias atuais e que os COLE's são considerados uma arena importante e já consolidada no Brasil para esse debate, realizamos o levantamento dessa discussão em todas as suas edições, percorrendo mais de 40 anos e pesquisando documentos textuais e sonoros, especialmente folhetos de programação, mas também sites, relatórios e anais.

É o resultado desse levantamento que trazemos para compartilhar com os participantes deste congresso, no intuito de evidenciar o potencial de conteúdo desse material, não só para a construção de uma história da leitura em nosso país, mas para o desenho de ações presentes e futuras.

II

Pesquisando a documentação disponível referente aos dez primeiros congressos (1978 a 1995) foi possível identificar cinco mesas-redondas, uma conferência e um encontro que traziam já nos títulos o foco nas políticas públicas de leitura. Tais reflexões e discussões mobilizaram as vozes de 26 convidados, abordando esse tema e ressaltando tanto aspectos históricos da questão, como as raízes, os problemas e as recorrências nela envolvidas, como os desafios que permanecem no tempo, as iniciativas implementadas, suas continuidades e descontinuidades, além de seu significado para a democratização do país.

São elas as vozes de editores, de livreiros, de professores, de pesquisadores, de escritores, representantes de entidades, de sindicatos e de órgãos de oficiais... falando a partir de suas experiências... Múltiplas vozes... diferentes pontos de vista, numa teia discursiva plural, com convergências e divergências.

Muitas denúncias são feitas nesse período, como o baixo nível de escolaridade da população por conta da elevada taxa de analfabetismo; alto custo do livro; a carência de bibliotecas ou insuficiência da rede existente; a ausência de formação de qualidade para os professores e as precárias condições de trabalho; os baixos salários; etc. Essas denúncias funcionam nos discursos como catalizadores para as propostas de ações que são apresentadas, a serem reconhecidas e incorporadas na definição de uma política nacional de leitura. São elas que lhe dão propriedade e legitimidade.

As manifestações vão do desenvolvimento de campanhas de leitura em âmbito nacional à criação de centros e espaços para essa prática, da realização de seminários, da produção de impressos adaptados para ampla circulação, da introdução de disciplinas nos currículos de formação, e da formação de profissionais para o trabalho com leitura à necessidade de investimentos ampliados na educação e na carreira do magistério.

Também no espaço do congresso são relatadas e debatidas, ao longo dos anos 1980 e 1990, as primeiras iniciativas da sociedade civil e dos governos para construir e implementar projetos, planos e programas de formação de leitores como as SALAS DE LEITURA, institucionalizadas na rede municipal de São Paulo em 1983 e hoje amplamente disseminadas e consolidadas nas escolas da rede municipal e estadual de São Paulo e de outros estados e municípios; outra ação importante para o país foi a CIRANDA DE LIVROS, Programa de distribuição de livros para escolas, iniciativa da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil do ano de 1982; e o PRÓ-LEITURA e o PRÓ-LER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura,

de 1992; o CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO, surgido na USP em 1994, também são outros exemplos.

III

Do 11º COLE, realizado em julho de 1997, ao 22º congresso, ocorrido em agosto de 2021 – um espaço temporal de 24 anos, foi possível identificar 37 participações, em forma de palestras, conferências, roda de conversa e seminários. Com exceção de três edições dos congressos, em todos os nove demais, tivemos a presença garantida pela programação oficial do debate e da reflexão em torno da questão das políticas de leitura em todos os níveis.

Prevaleceram nesse período participações de representantes dos Ministérios da Educação e da Cultura; de Secretários de Educação de Estados e Municípios; de representantes de projetos sociais e de dirigentes de ações ligadas ao livro, leitura e biblioteca; além de professores, pesquisadores e escritores do Brasil e do exterior.

Se em seus primeiros dez anos o COLE acolheu a pluralidade de percepções e visões a respeito da necessidade de propostas e projetos para a formação dos leitores brasileiros; estimulou a imaginação dos caminhos a serem percorridos; constituiu-se num espaço potente de resistência, negociação e reivindicação; interviu na formulação das políticas governamentais, nas edições subsequentes, ele trouxe para um público cada vez maior o debate e análise de ações em andamento como: o PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola, de 1997; e o PNLL – Plano Nacional do Livro e da Leitura, criado em 2005.

Nessa rede discursiva que vem alimentando as políticas, encontramos manifestações em torno da leitura que envolvem outros campos específicos da educação – como a política de educação continuada, de alfabetização, de inclusão. Além disso, o COLE não deixa de se manifestar no período mais ultrajante dos tempos atuais. Diante de todo desmonte e ataque à educação, cultura e, à Lei Nacional de Leitura e Escrita, no COLE há o encontro com um espaço de discussão para o enfrentamento e a defesa do livro e da leitura.

Nesses 43 anos de Congresso, hoje em sua 23ª edição, vamos encontrar, portanto, um contínuo e permanente acolhimento do debate sobre políticas, programas e planos de formação de leitores, seja em âmbito municipal, estadual ou nacional; seja no que tange às bibliotecas, aos livros, aos currículos escolares e à leitura de modo geral. Debates que caminharam ‘pari passu’ com os movimentos mais amplos do tecido social.

Um espaço político potente e democrático que primou pela diversidade de abordagens e respeito às diferenças. Um percurso que não pode ser ignorado por aquele que deseja construir uma história da leitura no Brasil.

Sobre as autoras

Larissa de Souza Oliveira: Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (2018). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Campinas (2015) e em Letras pela Faculdade Anhanguera de Campinas (2009). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino de Língua Portuguesa, Redação, Língua Inglesa, Tecnologia Educacional e Educação Não Formal; e em Pesquisa na área de Educação, principalmente com os temas: Leitura, História, Memória, Arquivo, Formação de professores para o uso de tecnologia na educação.
E-mail: sor.larissa@gmail.com

Lilian Lopes Martin da Silva: Possui graduação em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (1977), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1981) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1994). Atualmente é professora colaboradora (MS -5) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, junto ao Grupo de Pesquisa Alfabetização, leitura, escrita e trabalho docente na formação inicial? (ALLE/AULA). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, leitura, formação de professores e ensino de português.
E-mail: lilian.lmsilva@gmail.com

Recebido em: 24 jul. 2023

Aprovado em: 17 nov. 2023